Desafios e Caminhos para a Garantia do Acesso Escolar de Crianças e Adolescentes no Brasil

Autor(res)

Gladson Barros Resplandes
Adryah Cunha Bueno
Shannya Maria Pereira De Carvalho Silva

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE IMPERATRIZ

Introdução

A educação é um direito fundamental previsto na Constituição Federal de 1988 e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), configurando-se como um instrumento essencial para o desenvolvimento humano e a construção de uma sociedade mais justa. No entanto, crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social enfrentam barreiras estruturais que dificultam ou inviabilizam o pleno acesso e permanência na escola. Entre os fatores que contribuem para essa realidade estão a pobreza, a negligência familiar, a violência, o trabalho infantil e a deficiência de políticas públicas efetivas. A violação desse direito compromete não apenas o futuro individual desses sujeitos, mas também o progresso coletivo. Assim, faz-se necessário refletir sobre os desafios e as possibilidades de garantir a niversalização da educação para esse público

Objetivo

Analisar os obstáculos enfrentados por crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade no acesso à educação e refletir sobre as políticas públicas necessárias para garantir a efetivação desse direito fundamental.

Material e Métodos

Este trabalho baseou-se em uma revisão bibliográfica e documental, com análise de legislações brasileiras, como a Constituição Federal, o ECA e a LDB, além de relatórios de instituições como UNICEF, IBGE e MEC. A metodologia adotada é qualitativa, com enfoque descritivo e analítico, buscando compreender o contexto social e jurídico em que se insere o problema. Foram considerados artigos científicos, dados estatísticos recentes e políticas públicas voltadas à educação inclusiva. O estudo também levou em conta experiências exitosas de enfrentamento à exclusão escolar, a fim de compreender práticas que podem ser replicadas ou adaptadas a diferentes realidades regionais.

Resultados e Discussão

A análise evidenciou que, apesar dos avanços legais, o Brasil ainda enfrenta sérios desafios na efetivação do direito à educação para crianças e adolescentes vulneráveis. Dados do IBGE e

UNICEF apontam altos índices de evasão escolar entre crianças em situação de rua, indígenas, negras e com deficiência, revelando a persistência da desigualdade. As políticas públicas muitas vezes não alcançam esse público de maneira eficaz, seja por falta de recursos, seja por ausência de articulação entre os entes federativos. Além disso, a escola ainda reproduz estigmas e preconceitos, tornando o ambiente hostil para muitos desses alunos. No entanto, programas de busca ativa escolar, ações de assistência social integradas e projetos pedagógicos inclusivos mostram-se promissores para reverter esse cenário. É
fundamental, portanto, investir em uma educação que considere as especificidades desses sujeitos e promova a equidade como princípio.

Conclusão

O direito à educação das crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade exige não apenas garantias legais, mas a implementação de políticas públicas efetivas, integradas e sensíveis às realidades diversas da infância brasileira. É preciso superar barreiras sociais e estruturais para que esse direito seja, de fato, universalizado

Referências

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1990.
BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1996.
IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD). 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br> Acesso em: 03 de maio de 2025
UNICEF. Relatórios sobre a situação da infância e adolescência no Brasil. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil> Acesso em 02 de maio de 2025